

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

PROCESSO NR. 10240/002.158/91-00

LAM

Sessão de 18 de agosto de 1994 ACORDÃO NR. 101-86.952

RECURSO NR.: 78.839 - IRF - ANOS DE 1987 A 1988

RECORRENTE : VEPESA VEICULOS E MAQUINAS LTDA.

RECORRIDA : DRF EM PORTO VELHO-RO

IRF - Tributação Reflexa - Art. 8º, do D.L. 2065/83 não pode ser aplicada, visto a sua revogação pelo art. 35 da Lei 7713/88, no ano de 1989. No mais, provido parcialmente o processo-cause, na mesma proporção, provido o reflexo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por VEPESA VEICULOS E MAQUINAS LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, dar provimento parcial ao recurso para: a) excluir a exigência relativa ao ano-base de 1989; b) ajustar a exigência relativa aos anos-base de 1987 e 1988 ao decidido no processo principal através do Ac. 101-86.912, de 17/08/94, c) para excluir da exigência remanescente o encargo da IRD relativa ao período de Fev. a jul/91, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1994



MARTAM SEIR

- PRESIDENTE

  
CELSO ALVES FEITOSA

- RELATOR

  
16 SET 1994

LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES

- PROCURADOR DA FA

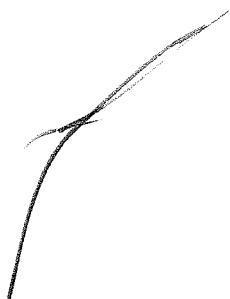
VISTO EM  
SESSÃO DE:

ZENDA NACIONAL

Processo nr. 10240/002.158/91-00

Acórdão nr. 101-86.952

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: JEZER DE OLIVEIRA CANDIDO, FRANCISCO DE ASSIS MIRANDA, KAZUKI SHIOBARA, RAUL PIMENTEL, ROBERTO WILLIAM GONÇALVES, SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

PROCESSO NR. 10240/002.158/91-00

RECURSO NR. 78.839

ACORDÃO NR. 101-86.952

RECORRENTE: VEPESA VEICULOS E MAQUINAS LTDA.

R E L A I O R I O

Foi a Recorrente autuada, em tributação reflexa IRF, assim descrita a imputação referente ao(s) ano de 1987/89, verbis:

"\*\* DESCRIÇÃO DOS FATOS E ENQUADRAMENTO LEGAL \*\*

Lançamento decorrente da fiscalização do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, na qual foi apurada omissão de receita operacional, a qual é considerada automaticamente distribuída aos sócios ou acionistas, e, desta forma, tributada exclusivamente na fonte à alíquota de 25%. ANEXOS: Demons-trativos de cálculo do IRF e dos acréscimos legais respectivos, e cópia da Folha de Continuação do Auto de Infração Matriz (IRPJ).

\*\*ENQUADRAMENTO LEGAL\*\*

-- Art. Bo. do DL-2065/83.

-- JUROS DE MORA: art. 2º do DL-1736/79, c/c arts 18 e 26 do DL-1967/82 e art 16 do DL-2323/87, com redação até o dia 01/02/91.

-- MULTA: O enquadramento legal, a base de cálculo e o percentual da multa estão indicados no Demons-trativo dos Acréscimos Legais, em anexo."

A impugnação da Recorrente encontra-se a fls. 12 com referência à apresentada no processo matriz nº. 10240/002.162/91-79.

A decisão recorrida assim se manifestou para manter o lançamento.

Processo nr. 10240/002.158/91-00

Acórdão nr. 101-86.952

"O decidido no processo matriz abrange o decorrente.

A ação fiscal da matéria litigiosa apurada no processo matriz foi considerada procedente. A decisão nele proferida aplica-se no julgamento do processo reflexivo, em razão da íntima relação de causa e efeito existente entre eles, o que importa na manutenção do lançamento decorrente.

### III - CONCLUSÃO

TOMO CONHECIMENTO da impugnação por tempestiva, e, no MERITO, JULGO O LANÇAMENTO FISCAL PROCEDENTE, para com base na competência atribuída no Decreto no. 70.235/72, art. 25, inciso I, alínea "a", exigir o pagamento do IMPPOSTO DE RENDA NA FONTE no valor de Cr\$ 16.931.499,93, multa de ofício de Cr\$ 12.623.768,723, e demais encargos legais calculados à época do pagamento."

A fls. 25 se vê o recurso voluntário repetindo, de forma geral, a impugnação.

E o Relatório.

PROCESSO NR. 10240/002, 158/91-00

Acórdão nr. 101-86.952

V O T O

Conselheiro: CELSO ALVES FEITOSA

O recurso é tempestivo.

No processo causa TRPJ foi dado parcial provimento ao recurso voluntário - ACÓRDÃO N. 86.912.

Os fundamentos de decisão da autoridade monocrática, no processo reflexo, ficam sujeitos, em regra, em revisão por força do recurso voluntário, ao decidido no processo-causa, que no caso reduziu a tributação quando julgado por esta Primeira Câmara do Conselho de Contribuintes.

Assim, por uma relação de causa e efeito, dou parcial provimento ao recurso, excluindo o ano de 1989, por revogação do artigo 8º do D.L. 2.065/83, ajustando-se ainda a TR.

E o meu voto.

Brasília, 18 de agosto de 1994.

CELSO ALVES FEITOSA - Relator.

